

Secretaria garante que não há desabastecimento de remédio

MARCOS BRANDÃO

Alessandra Flach

A Secretaria de Saúde negou, ontem, problemas de desabastecimento na Farmácia de Alto Custo mantida pelo órgão com recursos locais e federais. Depois de receber, na última sexta-feira, ofício dos Ministérios Públicos do DF e de Contas questionando irregularidades na gestão do programa de medicamento excepcional, a SES prepara levantamento com as explicações exigidas pelas procuradoras dos dois órgãos fiscalizadores.

Sem querer antecipar o conteúdo do documento que está sendo preparado, o diretor do Fundo de Saúde do DF, José Maria Freire, afirmou que para 2007 já estão sendo comprados remédios para atender aos mais de 19 mil pacientes que dependem dos medicamentos para sobreviver.

— Não estamos parados. Em janeiro a Secretaria de Fazenda liberou as cotas financeiras, regionais e locais, para garantir a compra dos medicamento de janeiro, fevereiro e março — revelou Freire. — Ainda tem remédio faltando, mas o que estava com preço cotado está sendo adquirido.

A afirmação responde à primeira dúvida do ofício produzido pelas procuradoras Cátia Gisele Guimarães e Cláudia Fernanda Pereira, sobre a falta de recursos para adquirir medicamento de alta complexidade em 2007. Freire, que voltou a culpar a falta de recursos no fim do ano pelo desabastecimento da farmácia em dezembro e janeiro, afirmou que R\$ 54 milhões foram garantidos e já empenhados para o primeiro trimestre do ano.

— Não houve desvio de recurso nenhum, simplesmente não conseguimos comprar



Na Farmácia de Alto Custo, pacientes enfrentam grandes filas em busca de remédios



José Freire: até sexta-feira Ministério Público terá todas as respostas

porque não entrou dinheiro. A arrecadação foi baixa dos dois lados, mas para 2007 já estamos resolvendo — revelou.

A informação de que havia pouco mais de R\$ 8 milhões disponíveis para a aquisição de remédios este ano, recurso insuficiente para regularizar a distribuição quitar as dívidas com os fornecedores, datava do começo do mês e já estaria ultrapassada.

Segundo o ofício dos Ministérios, as falhas na gestão dos medicamentos de alta complexidade ultrapassam a falta de estoque e problemas na distribuição. Irregularidades na aplicação dos recursos, incoerências entre valores declarados e realmente empenhados, problemas na compra e estocagem dos medicamentos, compra de remédios suposta-

mente desnecessários, divergência na quantidade de pacientes informados como usuários de medicamentos excepcionais e utilização de dinheiro de outros programas para adquirir os remédios também foram encontrados durante as investigações da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) e do Ministério Público de Contas.

No documento enviado à Secretaria na sexta-feira, as procuradoras exigem explicações imediatas, que devem ser dadas até o fim da semana, e cobram documentos que comprovem as explicações, incluindo auditorias em compras realizadas em 2006. De acordo com Freire, o levantamento preparado pelo órgão só deve ser finalizado no último dia concedido pela Justiça, mas será minucioso.

— Temos que passar um pente fino nos problemas apontados pela Justiça, para não sermos levianos e vamos explicar tudo o que foi questionado — garantiu o diretor.

UnB terá que explicar aplicação de recursos

A Universidade de Brasília terá de explicar amanhã o que foi feito com os cerca de R\$ 4,5 milhões repassados pelo governo federal para a construção do Centro de Alta Complexidade em Oncologia do Hospital Universitário de Brasília. Ontem, o ministro da Saúde, Agenor Álvares, recebeu em seu gabinete diretores envolvidos nas obras do que pode ser o primeiro centro avançado de radioterapia da rede hospitalar pública do DF.

Além da prestação de contas, ficou decidido no encontro que os equipamentos de última geração, que custaram aos cofres públicos R\$ 2,5 milhões, continuarão armazenados no HUB até que as obras sejam concluídas. O secretário de Saúde, Geraldo Maciel, defendia a instalação dos equipamentos no Hospital Regional de Taguatinga. Não há prazo e nem estimativa do valor necessário para que o Cacon saia do papel.

O diretor-geral do Instituto Nacional de Câncer, Luiz Antônio Santini, disse que 60% da obra está concluída. Segundo ele, o principal foi feito e que um esforço pode colocar o Cacon em funcionamento em um período curto.

— Precisamos saber o que aconteceu com os recursos repassados. A partir daí, é retomar a obra e concluí-la em um curto espaço de tempo — disse Santini.

O reitor da UnB, Timothy Mulholland, garantiu que a prestação de contas pronta. Comprovada a aplicação correta dos recursos, o Ministério da Saúde fará licitação emergencial para a retomada das obras. Se tudo ocorrer como o combinado, em seis meses o processo estará concluído e as máquinas recomençaram de onde pararam.